



Oi S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Oi SA 2016

1 – Mensagem aos Acionistas

No ano de 2016, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”) concentrou seus esforços em novos avanços na transformação do seu negócio, a fim de garantir um futuro sustentável e solidificar sua posição de relevância no mercado de telecomunicações brasileiro. Essa transformação, baseada na convergência, digitalização, experiência do cliente e austeridade nos custos, vem permitindo maior eficiência operacional, rentabilização da base e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

O ano de 2016 foi bastante desafiador do ponto de vista macroeconômico. Após uma retração de 3,8% em 2015, o PIB brasileiro recuou 3,6% em 2016, voltando ao mesmo nível de 2010. O PIB per capita caiu 9,1% de 2014 a 2016, confirmando a perda de renda da população brasileira. A taxa de desemprego chegou a 12% em dezembro de 2016, comprometendo a retomada do consumo, um dos motores do crescimento econômico nos últimos anos.

No entanto, ainda em 2016, já foi possível observar alguns sinais de recuperação, como por exemplo, a queda da inflação e dos juros, além do aumento da confiança de consumidores e empresários.

Conforme esperado, este cenário em 2016 impactou diretamente nossas receitas, principalmente os segmentos de Mobilidade Pessoal, mais especificamente o pré-pago, e o B2B (*Business-to-business*). O segmento pré-pago é influenciado diretamente pela taxa de desemprego no país e, no B2B, a retração econômica tem um peso relevante nas empresas e governos que passam a reduzir custos, reavaliando contratos com seus fornecedores, renegociando os respectivos termos ou mesmo cancelando serviços.

Como resultado, a receita líquida consolidada das operações brasileiras da Companhia totalizou R\$ 25.996 milhões em 2016, registrando queda anual de 5,0%, impactada principalmente pela deterioração do ambiente macro e pelo corte anual das tarifas reguladas de interconexão (VU-M, TU-RL e TU-RIU) e de ligações fixo-móvel (VC). A receita líquida total de clientes (excluindo venda de aparelhos e receita de interconexão) das operações brasileiras apresentou queda de 2,3% em relação a 2015.

Diante deste contexto, ao longo de 2016 a Companhia concentrou esforços em reduzir os impactos macroeconômicos com foco em eficiência operacional, rentabilização da base e na melhoria da qualidade dos serviços e da experiência dos clientes.

Como isso, a Oi registrou alguns resultados importantes, como crescimento anual de 23,6% na receita de TV Paga, de 6,9% na receita de banda larga e de 9,4% na receita de Pós-pago. No segmento de TV paga, a Oi teve o melhor desempenho do mercado, sendo a única operadora a registrar crescimento entre os grandes grupos econômicos do mercado. Esses resultados compensaram parcialmente os efeitos macroeconômicos e a queda das tarifas regulatárias, descritos anteriormente.

A estratégia de convergência dos serviços tem sido fundamental, principalmente no segmento Residencial. A partir da oferta de diversos serviços em um único pacote, a Oi tem obtido maior satisfação e fidelização do cliente e melhores margens, essenciais em qualquer mercado competitivo e de uso intensivo de capital. Nesse cenário, em março de 2016 a Oi lançou, em todo o país, o seu serviço multiproduto Oi Total, que combina fixo, banda larga, TV e mobilidade.

Com este novo plano o cliente passa a receber atendimento único e instalação conjunta dos serviços, além de cobrança integrada em uma única fatura. Todos estes fatores aumentam a eficiência operacional e produtividade, gerando redução de custos e proporcionando uma melhor experiência do cliente. Menos de um ano após o seu lançamento, o Oi Total atingiu, em fevereiro de 2017, um milhão de clientes. Destaca-se ainda que a Oi TV tem sido uma importante alavanca para a estratégia de convergência, apresentando importante evolução em 2016, conforme mencionado mais acima.

Um movimento importante do mercado tem sido o uso cada vez maior de dados pelos clientes, em substituição ao uso tradicional de voz. As novas ofertas da Oi estão alinhadas a essa tendência de consumo. A velocidade média da banda larga fixa, por exemplo, alcançou 6,8 Mbps no último trimestre de 2016, um aumento expressivo de 24,1% em relação ao mesmo trimestre de 2015, impulsionado pelas novas ofertas com tecnologia VDSL de velocidades até 35 Mbps. A Companhia registrou ainda crescimento anual de 20,5% na receita de dados do segmento de Mobilidade Pessoal, que hoje já representa 51,4% da receita total de clientes do segmento.

Todas essas novas ofertas também estão alinhadas com o processo de transformação digital da Companhia, acompanhando as tendências mundiais e buscando muito mais do que somente a sobrevivência num mercado competitivo. Com a transformação digital, a Oi vem antecipando inovações em um mercado altamente dinâmico e se colocando numa posição de referência no setor de telecomunicações.

Em paralelo, a Companhia manteve o foco na eficiência operacional. Como consequência, mesmo em um cenário com pressão inflacionária (IPCA 2016: 6,3%), os custos e despesas operacionais das operações brasileiras caíram 2,0% em 2016 quando comparado a 2015, o que significa uma redução real de aproximadamente 8% no período. A Oi vem trabalhando em diversas frentes para controlar os custos, otimizar as operações, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade da prestação dos serviços.

Dentre as frentes de eficiência operacional em 2016, um destaque foi a absorção das atividades das Prestadoras de Serviços de Rede (PSRs), empresas terceirizadas responsáveis pelas operações de manutenção, instalação e reparo da rede. Este movimento teve como objetivo melhorar a experiência de nossos clientes e reduzir os custos das operações de campo, com consequente melhoria da margem operacional.

Com uma gestão direta sobre a força de campo, a Companhia ampliou o foco nas atividades de manutenção preventiva da rede, na redução do número de reparos e no aumento de produtividade. Como consequência desta estratégia, a Oi avançou em diversos indicadores operacionais, como o tempo médio de solução de defeitos, que caiu mais de 30%, e o tempo médio de instalação dos serviços, que reduziu quase 60%, por exemplo. Esses resultados têm impacto direto na melhoria da qualidade dos serviços, evidenciado pela redução de 28% nas reclamações na ANATEL por motivos técnicos.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 6.340 milhões em 2016, apresentando uma queda de 12,3% em relação a 2015, devido basicamente à redução da receita líquida, parcialmente compensada pelos esforços de redução de custos. A margem EBITDA de rotina Brasil fechou o ano em 25,2%.

Em um ano de contração econômica e redução de investimentos pelo mercado, a Oi ampliou em 2016 seus investimentos na modernização e expansão da capacidade da sua rede, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência do cliente. A Companhia investiu R\$ 4.759 milhões no Brasil neste ano, 17,6% a mais que o valor investido em 2015, demonstrando seu compromisso com o longo prazo e com a transformação e a sustentabilidade do negócio.

Estes investimentos se concentraram nas iniciativas de incentivo ao uso das redes 3G e 4G, nas ações estruturantes no Core da rede móvel e na infraestrutura de transmissão e transporte, com implementação dos projetos de infraestrutura, incluindo a expansão do backbone de rede óptica de transporte (OTN) de 100 Gbps, a modernização do Core da rede IP e a expansão de seu acesso por meio do projeto Single Edge, além de outras iniciativas de modernização e otimização da capacidade da rede de acesso, tanto a fixa quanto a móvel.

Como resultado dos investimentos em infraestrutura, foi possível assegurar um desempenho operacional mais eficiente e promover uma melhoria na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, que são observados na evolução contínua dos diversos indicadores de qualidade da rede, com reflexo direto na geração de valor para o negócio.

O resultado dessas iniciativas é a redução consistente das reclamações de clientes na ANATEL, PROCON e JEC observadas ao longo de 2016 e nos primeiros meses de 2017, demonstrando o comprometimento da Oi com a qualidade dos serviços e melhor experiência dos clientes.

No contexto regulatório, é importante destacar a evolução das discussões conduzidas junto à ANATEL e ao Governo sobre o marco regulatório no país.

Durante todo o ano de 2016 esteve presente a discussão de evolução do modelo de concessão, em particular para permitir a redução das obrigações das concessionárias e sua migração para um ambiente de autorização, com o objetivo de ampliar o investimento em banda larga, ao invés de uma simples revisão do contrato de concessão (previsto inicialmente para o final de 2015). Neste sentido, a ANATEL vem discutindo com a sociedade a melhor forma de valorar os ganhos resultantes da migração e da redução de obrigações da concessionária como forma de contrapartida para os investimentos em banda larga.

Em busca deste objetivo, a ANATEL, no final de 2016 aprovou a publicação da consulta pública que trata da reformulação do Plano Geral de Outorgas, de forma a propor as alterações necessárias para permitir a migração, tendo como base o PLC 79/2016 que havia sido aprovado na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Conforme amplamente divulgado ao mercado, em 20 de junho de 2016, a Oi e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (em conjunto, as “Empresas Oi”) ajuizaram pedido de recuperação judicial, o qual foi distribuído para a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”). O processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 29 de junho de 2016.

A recuperação judicial visa a preservar o valor de uma companhia e o papel que desempenha na economia para o benefício de todos com os quais ela se relaciona. O objetivo da recuperação judicial é promover a recuperação de empresas que passam por dificuldades financeiras momentâneas e possibilitar que elas continuem desempenhando suas atividades normalmente, mantendo a prestação de serviços a seus clientes e preservando empregos, enquanto proporciona aos credores a contrapartida com a qual concordem por meio de votação e aprovação de um plano de recuperação judicial. Assim, a recuperação judicial tem por objetivo preservar a capacidade da Oi e de suas subsidiárias (o “Grupo Oi”) de oferecer com qualidade todos seus serviços aos seus clientes permitindo, de forma contante, que o Grupo Oi renegocie suas dívidas.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que vem aumentando investimentos em infraestrutura e melhorando consistentemente os indicadores de qualidade, desde o início do processo de recuperação judicial a Companhia vem também registrando forte geração de caixa, demonstrando que tem uma operação saudável e grande potencial de geração de valor. Entre junho e dezembro de 2016, as operações da Oi geraram mais de R\$ 2,7 bilhões, terminando o ano com R\$ 7,8 bilhões de saldo em caixa.

Em continuidade a esse processo, no dia 5 de setembro de 2016, as Empresas Oi apresentaram um plano de recuperação judicial conjunto e consolidado à justiça, contendo as principais medidas propostas aos credores para superar as atuais dificuldades econômico-financeiras das Empresas Oi.

A Oi vem trabalhando para concluir as negociações com seus credores o mais rapidamente e da melhor maneira possível para chegar a um acordo sobre o plano de Recuperação Judicial e assim garantir a sustentabilidade da Companhia no futuro.

É importante mencionar que o Grupo Oi é um grupo relevante no cenário nacional, investe maciçamente no país e tem um ecossistema que envolve cerca de 130 mil empregos diretos e indiretos. Temos certeza que todos os envolvidos e interessados farão todo o esforço possível para concluir este processo judicial e colocar a empresa no caminho do desenvolvimento sustentável.

Em resumo, apesar de o Grupo Oi estar sob um processo de recuperação judicial, a Companhia mantém o compromisso com a continuidade do processo de transformação operacional e com os investimentos em infraestrutura, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade do serviço prestado aos mais de 63 milhões de clientes por todo o país.

2 – Conjuntura Econômica

Em 2016, a economia brasileira viveu mais um ano de aprofundamento da recessão. Além da crise política, que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, agravada pelos contínuos escândalos de corrupção, o ano foi marcado pelo crescimento do desemprego, motivado pela menor produção industrial e pela queda do PIB pelo segundo ano consecutivo.

No início de 2016 havia um forte pessimismo do mercado. Porém, a substituição de Dilma pelo seu vice, Michel Temer, contribuiu para arefrear o risco político. Neste cenário e a partir da substituição da equipe econômica, importantes temas da agenda econômica começaram a ser discutidos e a avançar no Congresso, como discussões relacionadas à questão fiscal, com vistas a fazer face ao déficit público recorde, com destaque para a PEC determinando um teto para o aumento dos gastos públicos. Neste ambiente, a moeda brasileira mais apreciada e a forte recessão econômica vivida no país, contribuíram para a desaceleração da inflação, que encerrou o ano em 6,29%, portanto, abaixo do teto da meta de 6,5%, cenário muito pouco provável no início do ano. A inflação sob controle em 2016 e a ancoragem das expectativas para 2017, por sua vez, favoreceram a redução da taxa SELIC, que terminou 2016 em 13,75%, ou seja, uma queda de 50bps no ano, com o Banco Central acelerando os cortes já nas primeiras reuniões de 2017.

Já no cenário internacional, o ano foi marcado pelo fortalecimento de movimentos de extrema direita pelo mundo. No Reino Unido, pelo voto popular foi aprovada a saída do país da zona do Euro; nos Estados Unidos, o discurso nacionalista de Donald Trump o levou à presidência do país, ambos movimentos inicialmente inesperados pela maioria dos analistas políticos. Na economia americana, o FED manteve o ritmo tranquilo de aumento da taxa básica de juros. Na Europa, ao contrário, prevaleceram políticas monetárias mais frouxas com vistas a reforçar a recuperação econômica da região. A inesperada eleição do Trump à presidência dos EUA fez com que passasse a incerteza no mercado, trazendo volatilidade e especulações.

A expectativa para 2017 é de um cenário ainda conturbado e repleto de incertezas seja na economia brasileira, seja no âmbito internacional. Ainda assim, no Brasil espera-se um desempenho econômico melhor. A inflação deverá continuar a perder forças, dando prosseguimento, por sua vez, ao processo de queda da taxa de juros, visto que a atividade econômica deverá permanecer fraca. Do ponto de vista político, as medidas adotadas em 2016 só devem gerar impactos no médio e longo prazos, embora sinalizem que a importante preocupação fiscal e de crescimento da dívida pública estão sendo endereçadas. No âmbito externo, a expectativa é de que a economia continue em ritmo lento em 2017, mediante as incertezas políticas e econômicas com a eleição do Trump e, após a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia. Nos EUA, o Federal Reserve, sinalizou que em 2017 a taxa de juros terá um novo aumento, o que pode ocasionar um movimento de apreciação do dólar. Na Europa, se por um lado a expectativa de continuidade do programa de estímulos monetários pelo BCE torna o ambiente favorável, por outro lado, eventos políticos relativos como eleições na França, Alemanha e Holanda, trazem incertezas adicionais ao cenário.

3 - O Setor de Telecomunicações em 2016

Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2016, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 331,3 milhões, representado por 41,8 milhões de linhas fixas em serviço, 244,1 milhões de usuários móveis, 26,6 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 18,8 milhões de usuários de TV por assinatura. A queda de 4,2% que corresponde a 14,4 milhões de acessos em relação à 2015 foi motivada principalmente pelas expressivas desconexões de 19,8 milhões de acessos do segmento pré-pago de mobilidade.

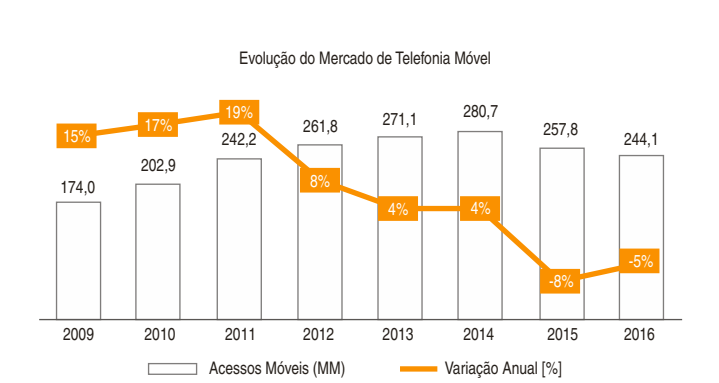
Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2016, 41,8 milhões de linhas em serviço segundo os dados da ANATEL, redução de 3,4% sobre dez/15. Este encontra-se maduro, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel.

As concessionárias de telefonia fixa representavam 59,2% do total dos acessos fixos em serviço em 2016.

Telefonia Móvel

Com 244,1 milhões de usuários em dezembro de 2016 e teledensidade de 118,4% sobre a população. As desconexões líquidas em 2016 somaram 13,7 milhões de usuários, refletindo recuo de 5,3%, em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 67,5% do total de usuários móveis em dezembro de 2016 (71,6% em 2015), enquanto no pós-pago os usuários representaram 32,5% do total da base móvel.



Banda Larga Fixa (SCM)

Segundo os dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2016. Ao final de 2016, a base de usuários atingiu 26,6 milhões de acessos, revelando crescimento de 4,3% frente a 2015, o que representou 1,1 milhões de novos usuários.

TV por Assinatura

Em 2016, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma queda de 0,3 milhão, uma variação de -1,6% no ano de 2016 (-2,1% em 2015). Ao fim de dezembro de 2015, os acessos de TV por assinatura totalizaram 18,8 milhões de assinantes.

A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu 27,4% (28,7% em 2015), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (*Direct to Home*) foram responsáveis por 57,2% dos usuários (perda de base anual do mercado), seguido pela tecnologia a cabo, com 41,8%. Cabe ressaltar que as novas entrantes do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

• Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados

A ANATEL lançou em 2013 uma Consulta Pública com perguntas à sociedade sobre temas relevantes para avaliação do ambiente econômico e regulatório do STFC a fim de recolher subsídios à revisão dos Contratos de Concessão para o período 2016 a 2020, cujo encerramento ocorreu em 31/01/14. Em junho de 2014 houve uma nova Consulta Pública, para tratar especificamente da revisão dos Contratos de Concessão propriamente ditos, cujo prazo para contribuições terminou em 26/12/14, devendo ocorrer ainda a revisão das metas de Universalização (também colocado em Consulta Pública) e de Qualidade do STFC (que ainda não foi colocado em Consulta Pública). A assinatura dos novos termos dos contratos de concessão, prevista inicialmente para o final do ano de 2015, foi prorrogada para o dia 30 de junho de 2017.

O Ministério das Comunicações lançou, no final de 2015, Consulta Pública que visa debater a revisão do modelo de prestação dos serviços de telecomunicações no Brasil. O objetivo é fornecer insumos para o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério das Comunicações e a ANATEL para estudar o tema.

Atualmente, o Projeto de Lei da Câmara 79/2016, que altera a Lei Geral de Telecomunicações, aguarda aprovação pelo Congresso Nacional. Em paralelo, está aberta para contribuições até o dia 12/03/2017, a Consulta Pública 2/2017 da Anatel, que propõe alterações no Plano Geral de Outorgas. Há notícias de que esta Consulta deverá ser prorrogada por mais 60 dias, tendo em vista o atraso na tramitação do PLC 79/2016.

• Plano Geral de Atualização da Regulação

A ANATEL, em dezembro de 2015, publicou a Resolução nº 658, que revogou o Plano Geral de Atualização da Regulação – PGR. O PGR foi substituído pelo Plano Estratégico 2015/2024, instituído pela Portaria nº. 174, de 11 de fevereiro de 2015.

Para o período compreendido entre o segundo semestre de 2015 e o segundo semestre de 2016, a ANATEL elegeu as suas prioridades por meio da divulgação da sua Agenda Regulatória, que contém 31 ações que deverão ser executadas pela Agência durante esse período¹¹. Entre tais ações, destacam-se:

Elaboração de posicionamento para subsidiar Decreto de regulamentação da neutralidade de rede prevista no Marco Civil da Internet (ação 1)

No Brasil, o conceito de neutralidade de rede foi estabelecido legalmente no Marco Civil da Internet – MCI (Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014), o qual determina que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. O MCI também prevê que a discriminação ou degradação do tráfego será regulamentado pelo Presidente da República, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações. Esta ação regulatória visa construir o posicionamento da ANATEL para subsidiar a referida regulamentação.

A fim de auxiliar na formulação de seu posicionamento acerca do Marco Civil da Internet, a Agência lançou a Consulta Pública 08/2015 sobre os principais aspectos que permeiam a discussão da neutralidade de rede. Como resultado, a manifestação final da Agência foi aprovada em 05/05/2016 e posteriormente encaminhada ao MCTIC.

¹¹ Está prevista uma atualização desta agenda para o biênio 2017/2018, que já foi colocada em Consulta Pública, mas ainda não foi publicada uma versão final para Anatel.

Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (ação 2)

Considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços.

Atualmente, o Projeto de Lei da Câmara 79/2016, que altera a Lei Geral de Telecomunicações especialmente no tocante à prestação do STFC em regime público, aguarda aprovação pelo Congresso Nacional. Em paralelo, está aberta para contribuições até o dia 12/03/2017, a Consulta Pública 2/2017 da Anatel, que propõe alterações no Plano Geral de Outorgas. Há notícias de que esta Consulta deverá ser prorrogada por mais 60 dias, tendo em vista o atraso na tramitação do PLC 79/2016.

Revisão dos Contratos de Concessão da Telefonia Fixa (ação 3)

Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), anexos à resolução nº. 552, de 10 de dezembro de 2010, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 30 de junho de 2017 para estabelecer novos condicionamentos tendo em vista as condições vigentes à época.

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações (ação 4)

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações, atualmente regida pela Resolução nº. 274, de 05 de dezembro de 2001, considerando as determinações da Lei nº. 11.934, de 05 de maio de 2009, em especial seu artigo 10, e da Lei nº. 13.116, de 20 de abril de 2015.

De acordo com a Agenda Regulatória proposta pela Anatel para o biênio 2017/2018 (ainda não aprovada em formato final pela Agência), a aprovação final do Regulamento sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações deve ocorrer no segundo semestre de 2017.

Proposta de Revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização da telefonia fixa (ação 5)

Revisão das metas do PGMU, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que as metas atuais poderão ser alteradas para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização, tendo em vista as condições vigentes à época.

A proposta de novo Plano Geral de Metas de Universalização, já aprovada pelo Conselho Diretor da Anatel, aguarda análise do Conselho Consultivo da própria ANATEL e posterior envio ao MCTIC.

Após análise pelo próprio MCTIC, o Decreto será sancionado pelo Presidente da República. Vale observar que o andamento do PGMU pode sofrer impacto do PLC 79/2016 que trata da revisão do modelo de telecomunicações em tramitação no Senado Federal.

Reavaliação do modelo de gestão de qualidade de serviços de telecomunicações (ação 10)

Reavaliação do arcabouço normativo afeto à qualidade dos diversos serviços de telecomunicações, avaliando a viabilidade de concentrar esforços em um número reduzido de indicadores estratégicos que melhor atendam aos anseios dos usuários destes serviços e ao mesmo tempo minimizem os custos administrativos e operacionais aplicáveis à ANATEL e às prestadoras. Ademais, busca-se avaliar a possibilidade de convergência destes indicadores e metas para os diversos serviços de telecomunicações considerando a convergência tecnológica e também das ofertas.

De acordo com a Agenda Regulatória proposta pela Anatel para o biênio 2017/2018 (ainda não aprovada em formato final pela Agência), a Consulta Pública sobre o tema deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2017, com previsão de publicação do novo regulamento até o final desse ano.

Reavaliação da regulamentação sobre o controle de bens reversíveis (ação 19)

Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº. 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros.

De acordo com a Agenda Regulatória proposta pela Anatel para o biênio 2017/2018 (ainda não aprovada em formato final pela Agência), a Consulta Pública sobre o tema deverá ocorrer no segundo semestre de 2017, com previsão de publicação do novo regulamento até o final de 2018.

Contudo, como a reavaliação da regulamentação do tema está intrinsecamente relacionada à já mencionada proposta de revisão da prestação do STFC em regime público, é provável que o tema seja discutido em conjunto com a mesma.

Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (ação 24)

Revisão dos mercados relevantes e das medidas assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº. 600, de 08 de novembro de 2012, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.

O tema está sendo tratado na Consulta Pública 35/2016 da Anatel, com prazo para contribuições até 22/03/2017.

4 - Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 63,6 milhões de Unidades Geradoras de Receita (“UGRs”) ao fim de 2016. A Companhia atua em todo território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes double-play, triple-play e quadruple-play), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 363 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 88,9% da população brasileira. A Companhia possui aproximadamente 17,3% do market share em telefonia móvel e cerca de 34,2% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, 2 milhões de hotspots wi-fi mantidos inclusive em locais públicos tais como aeroportos e shopping centers.

5 – Estratégia da Companhia e Novos Negócios

A Oi segue com seu plano estratégico focado em digitalização, convergência, dados, controle de custos, e melhor experiência do cliente, e mostra avanços operacionais em seus segmentos de negócio, com destaque para o segmento Residencial.

Cabe ressaltar que, em 20 de junho de 2016, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia, em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A., Telemar Norte Leste S.A., Copart 4 Participações S.A., Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance BV, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A., ajuizou pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do artigo 122, parágrafo único da Lei das SA. O pedido foi deferido pela justiça em 29 de junho de 2016. Em 5 de setembro de 2016 a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial.

No ano de 2016 a Estratégia da Companhia foi baseada em avanços operacionais com acúmulo de caixa, notadamente nos seguintes pontos:

- Enfoque crescente na execução, fazendo mais com menos e garantindo a viabilidade operacional da Companhia;
- Continuidade na melhoria de eficiência operacional e controle rígido de custos;
- Ampliação dos investimentos, mesmo com cenário macroeconômico mais adverso;
- Melhoria na qualidade dos serviços, buscando avanços em diversos indicadores operacionais e nos indicadores de qualidade ANATEL, JEC e Procon;
- Continuidade da componente de transformação digital para garantir o futuro sustentável do negócio, baseado na inovação e geração de valor;
- Recuperação judicial dentro dos prazos legais – avança dentro da normalidade, apesar da complexidade do processo. A Companhia vem gerando caixa, aumentando investimentos e melhorando a qualidade dos serviços e experiência dos clientes, confirmando foco nas operações durante processo de recuperação judicial.

Para suportar as novas diretrizes, a Companhia passou a focar em projetos estruturais end-to-end, com fóruns de qualidade e processos de garantia de receita. A modernização e ampliação da rede, aliada ao lançamento de produtos estratégicos, melhoraram substancialmente a experiência do cliente.

O novo portfólio de ofertas (Oi Total, Oi Livre, Oi Mais, Oi Mais Controle e Oi Mais Empresas) demonstra importante evolução, desde seu lançamento, nos principais indicadores da Companhia, confirmando a estratégia acertada de oferecer planos convergentes e de mais alto valor como forma de rentabilizar e fidelizar a base, enquanto proporciona melhor qualidade e experiência dos clientes.

Para suportar as diretrizes da Companhia o escritório de transformação foi responsável por liderar fóruns recorrentes de qualidade e custos e através destes garantir acompanhamento e monitoramento dessas alavancas. Conduziu uma série de projetos estruturantes que trouxeram um impacto substancial na experiência do cliente e no OPEX da companhia, evidenciados por uma redução significativa nas chamadas recebidas (30%) e nas entradas em órgãos de defesa ao consumidor: 10% de redução de Anatel e 30% de redução de processos JEC. Adicionalmente deu continuidade ao ciclo anual de acompanhamento iniciativas com foco em aumento de produtividade, eficiência operacional e redução de custos. Este processo de controle e monitoramento garantiu que os ganhos das mais de cento e cinquenta iniciativas superassem em 15% o planejamento anual.

Novos Negócios

Em 2016 a Oi reforçou o seu comprometimento no desenvolvimento de iniciativas ligadas à inovação. A partir do contínuo investimento em projetos de Inovação e P&D que totalizaram mais de R\$78 milhões no ano, a companhia intensificou a atuação junto Instituições de Ciência e Tecnologia e Incubadoras para a exploração de oportunidades de negócios ligadas a verticais de elevado potencial não relacionadas ao seu core business como Saúde, Mobile Advertising e aplicações em IoT.

Utilizando a Esteira de Inovação, a Oi desenvolveu projetos de vanguarda junto com seus parceiros, permitindo a criação de ofertas pioneiras no mercado de Telecom. Soluções como o Oi Smart e o Oi Mais Saúde mostram que uma estratégia de inovação aberta, que estreita o relacionamento da Oi com o ecossistema de startups, permite a exploração de oportunidades associadas ao core business da empresa com maior rapidez e efetividade.

Em paralelo a Oi se posicionou como empresa de vanguarda no segmento de IoT, lançando em parceria com a Nokia o 1º Laboratório de IoT capacitado a trabalhar com o padrão LTE-M na América Latina. A tecnologia presente neste laboratório, único no Brasil, é a próxima geração em conectividade para o segmento de Internet das Coisas e permitirá à Oi apoiar parceiros selecionados no desenvolvimento de soluções com alto potencial disruptivo, tornando o laboratório em um polo de atração de iniciativas desta natureza. Desta forma o Lab se tornará em uma nova fonte de oportunidades a serem exploradas pela Oi, na forma de parcerias, em um dos mercados com maior potencial de crescimento ao longo dos próximos anos.

6 – Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi ajuizou, em caráter de urgência, em conjunto com suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel S.A., Telemar Norte Leste S.A., Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”) e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial (“Oi Holanda”) pedido de recuperação judicial, tendo sido deferido o seu processamento pela 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 29 de junho de 2016 (“Juízo da Recuperação Judicial”).

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial foi mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, sendo a medida adequada para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

Em 21 de julho de 2016, o Tribunal Federal de Falcências no Distrito Sul de Nova York proferiu uma decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação à Oi, Telemar, Oi Móvel e Oi Holanda, aplicando automaticamente uma suspensão que impede o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as mencionadas empresas e seus bens localizados em território americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações nos Estados Unidos. Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Companhia, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial como procedimento principal estrangeiro. Estas ordens estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Companhia, Telemar e Oi Móvel estão suspensos a partir de 23 de junho de 2016.

Em 5 de setembro de



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

No trimestre, a valorização do Real em relação ao Euro (+5,8% versus 3T16) mais do que compensaram o accrual de juros e a suspensão dos pagamentos de juros e principal por conta do processo de recuperação judicial, resultando na redução sequencial de R\$ 135 milhões na dívida bruta.

No comparativo anual, entretanto, além do impacto positivo da valorização do Real em relação ao Dólar (+16,5%) e ao Euro (+19,1%) sobre a parcela da dívida denominada em moeda estrangeira, contribuíram para a redução anual da dívida bruta as amortizações de principal e juros realizadas até o pedido de recuperação judicial, em 20 de junho 2016. A dívida líquida da Companhia encerrou o 4T16 em R\$ 40.333 milhões, uma redução de 2,0% em relação ao 3T16. A queda da dívida líquida ocorreu pelo segundo trimestre consecutivo, motivada pela dívida bruta inferior e pelo aumento do caixa no trimestre de 9,9%, ou R\$ 707 milhões, explicado pela geração operacional positiva da Companhia e pelas receitas nas aplicações financeiras. Vale ressaltar que a Companhia gerou R\$ 2.743 milhões de caixa no segundo semestre de 2016, desde que protocolou seu pedido de recuperação judicial.

Quando comparado ao 4T15, a dívida líquida apresentou um aumento de 5,7% ou R\$ 2.186 milhões, cujo crescimento ficou concentrado no primeiro semestre do ano, portanto, em período anterior ao pedido de recuperação judicial.

10 – Investimentos (*)	2016	2015
R\$ Milhões		
Investimentos		
Rede	4.068	3.525
Serviços de TI	447	301
Outros	153	222
Total	4.759	4.048

(*) Considera somente os investimentos no Brasil

Os investimentos das operações no Brasil realizados ao longo de 2016 totalizaram R\$ 4.759 milhões, um acréscimo de 17,6% em relação ao ano de 2015.

Em um ano de contração econômica e redução de investimentos pelo mercado, a Oi ampliou seus investimentos, seguindo uma política de eficiência de investimentos concentrados na modernização e expansão da capacidade da rede e TI, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio.

Ao fim de 2016, foram concluídos os projetos previstos de ampliação de capacidade das redes, demonstrando o compromisso da Companhia com o crescimento do core da rede, a fim de sustentar o crescente tráfego de dados e a evolução da qualidade dos serviços fixos, móvel e de TV, bem como continuar permitindo o lançamento de novas ofertas mais adequadas às demandas atuais dos clientes. No segmento móvel, foram realizadas e concluídas ações nas redes de acesso 3G e 4G e ações estruturantes no core da rede permitindo a expansão de serviços. Na rede fixa, a Companhia deu continuidade aos projetos estruturantes de infraestrutura, principalmente para a expansão do *backbone* de rede óptica de transporte (OTN) de 100 Gbps, a modernização do Core da rede IP e a expansão de seu acesso por meio do projeto *Single Edge*, além das iniciativas de modernização e otimização da capacidade da rede de acesso.

Os investimentos em infraestrutura possibilitaram uma evolução contínua em diversos indicadores de qualidade da rede, traduzindo-se em uma melhor experiência para os clientes. Os indicadores de acessos de dados e voz, por exemplo, vêm aumentando consistentemente. E os indicadores SMP8 e SMP9 da ANATEL que medem a taxa de conexão de dados e a taxa de queda de conexão de dados, respectivamente, também vêm melhorando continuamente. Paralelamente, a rede da Oi tem suportado um aumento expressivo de tráfego de dados e do uso de banda ADSL por usuário, enquanto os níveis de congestionamento vêm reduzindo, evidenciando a melhora da qualidade da rede e a respectiva experiência do usuário.

No ano de 2016, 85,5% dos investimentos totais das operações brasileiras foram destinados à rede, representando R\$ 4,1 bilhões distribuído principalmente na (i) melhoria da qualidade da rede móvel 3G, (ii) melhoria da rede fixa para o serviço de banda larga, (iii) otimização da plataforma do produto Oi TV e (iv) implantação e expansão da rede 4G.

• Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Visando a continuidade do Programa Inova e atingir seus objetivos de inovação, em 2016, a Oi realizou chamada pública para contratação de novos parceiros sendo selecionados um ICT e 5 empresas “start-ups” incubadas em Centros de Tecnologia de notória excelência, ampliando o número de parceiros tecnológicos do programa, intensificando o processo de prospecção de serviços inovadores e o desenvolvimento de atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Os investimentos em Inovação e P&D nos projetos desenvolvíveis em 2015 totalizaram aproximadamente R\$ 78 milhões em 26 projetos, sendo que 23 desses realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia e empresas incubadas em Centros de Tecnologia.

11 - Mercado de Capitais

Ao final de 2016, o capital da Companhia era representado por 825,8 milhões de ações, sendo 668,0 milhões de ações ordinárias e 157,7 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em tesouraria
Ordinárias	668.033.661	148.282.000
Preferenciais	157.727.241	1.811.755
Total	825.760.902	150.093.755

• Asses Ações

As ações da Oi S.A. são negociadas no Brasil na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob os códigos de negociação OIBR3 (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais). A Companhia também tem um programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os códigos OIBR.C (“DR Ordinário”) e OIBR.4 (“DR Preferencial”). A OIBR.C é negociada na *New York Stock Exchange* (NYSE), enquanto a OIBR.Q negociou nesta bolsa, sob o código OIBR, até o dia 21 de junho de 2016, quando a NYSE suspendeu imediatamente as negociações desta ADR, em função dos preços de negociação da ação excepcionalmente baixos, em desacordo às exigências da seção 802.01D do Manual de Companhia Listada na NYSE, que determina os critérios para negociação nesta bolsa de valores. No dia 06 de julho de 2016, a NYSE determinou a deslistagem da DR Preferencial e, a partir desse evento, as ADRs Preferenciais concentraram suas negociações no mercado de balcão – OTC Markets, sob código OIBR.Q.

Vale mencionar que, em 22 de janeiro de 2016, a Oi anunciou a alteração na proporção do Programa de *Depositary Receipts*, Nível II, Patrocinado, de ações ordinárias de emissão da Companhia. Até então, cada DR Ordinário representava 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia. Com a mudança, cada DR Ordinário passou a representar 5 (cinco) ações ordinárias, sendo efetivada em 1 de fevereiro de 2016.

Na BM&FBOVESPA, as ações da Oi encerraram o ano de 2016 cotadas a R\$ 2,63 para OIBR3 e a R\$ 2,25 para OIBR4, apresentando desempenho positivo em 2016 de 9,6% e 15,4%, respectivamente. O índice Ibovespa encerrou o ano em 60.227 pontos, apresentando um aumento de 38,9% no período. Nos EUA, o DR Ordinário da Companhia (OIBR.C) encerrou o ano de 2016 cotado a US\$ 3,97, apresentando uma valorização de 30,2% no ano, já ajustado pela alteração na proporção dos DRs Ordinários mencionado acima, e o DR Preferencial (OIBR.Q) encerrou o período cotado a US\$ 0,64, uma valorização de 39,1%.

Em 2016, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR3) foi de R\$10,093 milhões e das ações preferenciais (OIBR4) de R\$15,619 milhões, representando variações anuais de 116,9% e -19,7%, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário do DR Ordinário (OIBR.C) foi de US\$ 485 mil.

• Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional.

Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e *roadshows* no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

• Dividendos

Em janeiro de 2015, foi aprovado pelo Conselho da Administração da Oi o cancelamento da Política de Remuneração aos Acionistas para os Exercícios Sociais de 2013-2016, ficando, portanto, sujeita apenas às disposições da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia. No ano de 2016, não houve distribuição de dividendos.

12 - Governança Corporativa

O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio.

O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2015, caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) tag along de 100% para as ações ordinárias; (ii) conversibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (iii) limitação do direito de voto ao máximo de 15% aplicável a todos os acionistas da Oi; (iv) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (v) mandato unificado de até 2 anos

aos membros do Conselho de Administração, com exceção do primeiro mandato, que poderá ser de 3 anos; (vi) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (com carência de 3 anos a partir da adoção do novo Estatuto Social); (vii) obrigatoriedade de o Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (viii) obrigatoriedade de realização oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico, para as ações ordinárias em caso de cancelamento de registro ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (ix) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Além disso, o Conselho de Administração da Companhia possui Conselheiros Independentes, conforme definição prevista pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, adotada pelo novo Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, desde setembro de 2015 a Oi possui três comitês não-estatutários e um comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, que tratam de temas multidisciplinares. São eles: Comitê de Governança Corporativa e Finanças; Comitê de Riscos e Contingências; Comitê de Engenharia Tecnologia e Redes; e Comitê de Gente, Nomeações e de Remuneração (comitê estatutário).

Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos *American Depositary Receipts* (“ADRs”), realizando a primeira convocação para as Assembleias Gerais com, no mínimo, 30 dias de antecedência; e, ainda, também visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, passou a disponibilizar em seu website e no website da CVM e da Bovespa, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

De forma continuada, a Companhia manteve seu empenho quanto à evolução do gerenciamento de riscos. Em 2016, a Companhia adotou a versão “2013” do COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), direcionada para avaliar a Governança Corporativa de Companhias com ações na SEC (U.S. Securities and Exchange Commission). Bem como, Estruturou uma Diretoria de Compliance com foco na mitigação de riscos Corporativos, anticorrupção e otimização de processos de negócio. No âmbito da continuidade operacional, nosso Comitê de Continuidade de Negócios, supervisionou a implementação do Plano de Gestão de Riscos corporativo para situações de desastres naturais.

Em 2016 a Oi fortaleceu o modelo de gestão de riscos com a manutenção do funcionamento do Comitê de Continuidade de Negócios implementado em 2012, com atuação estruturada em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 22301:2013, com objetivo de mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente.

A Oi manteve em 2016 seu compromisso com o desenvolvimento do país e com suas práticas de sustentabilidade. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. As parcerias com o Governo como o programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) e o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) são parte destas ações de inclusão social.

A atuação da Oi na área de responsabilidade social corporativa se dá por meio do Instituto Telemar (“Oi Futuro”), certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro promove, apoia e desenvolve ações inovadoras e colaborativas para melhorar a vida das pessoas e da sociedade. Atuando também nas áreas de Educação, Cultura, Inovação Social e Esporte, o instituto acelera iniciativas que ampliam o repertório com plataformas de conteúdo, potencializam o desenvolvimento pessoal e coletivo, fomentam experimentações de inovação e conexões.

Na área de Cultura, o instituto atua como um catalisador criativo, impulsionando pessoas através das artes, promovendo a produção colaborativa e o acesso à cultura na era digital. O Oi Futuro mantém dois centros culturais no Rio de Janeiro, com uma programação que valoriza a produção de vanguarda e a convergência entre arte contemporânea e tecnologia, além da gestão do único Museu das Telecomunicações do País, e sua Reserva Técnica, pioneiro no uso da interatividade no Brasil. O Instituto também realiza o Programa Oi de Patrocinios Culturais Incentivados, que seleciona projetos em todas as regiões do País por meio de edital público. Em 2016, a Oi apoiou 89 projetos, nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música, tecnologia e artes integradas.

Na Educação, o Oi Futuro investe em modelos inovadores para inspirar novas formas de aprender e ensinar na cultura digital. Criado em 2006, o NAVE (Núcleo Avançado em Educação) forma jovens para as economias digital e criativa, com foco na produção de games, aplicativos e produtos audiovisuais. O programa, desenvolvido em parceria com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e Pernambuco, oferece ensino médio integrado e profissionalizante. Além de obter formação técnica, os estudantes do NAVE são incentivados a desenvolver o espírito empreendedor e a estabelecer suas primeiras conexões profissionais, por meio de projetos e eventos de integração com o mercado de inovação.

A unidade do Rio vem sendo reconhecida anualmente, desde 2009, como uma das mais inovadoras do mundo pelo programa Microsoft Innovative Schools, e a unidade de Recife desde 2013. O programa já formou mais de 2.100 jovens. Na área de Inovação Social, o programa Oi Novos Brasis viabiliza projetos empreendedores inovadores que trazem propostas para solucionar desafios atuais das cidades, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. O Oi Futuro também aposta em projetos esportivos que conectem pessoas e promovam a inclusão e a cidadania. O website (<http://www.oifuturo.org.br>) traz mais informações acerca dos programas.

Nesse ano a Oi completou sete anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

A Companhia divulga anualmente seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacionais da *Global Reporting Initiative* (GRI). Pelo sexto ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2015 foi publicado em junho de 2016 e poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.oi.com.br>). Em 2016, a Oi seguiu o mesmo padrão para seu Relatório de Sustentabilidade, cuja previsão de divulgação é junho de 2017.

13 - Colaboradores

A Oi possui 14.431 colaboradores na atividade de telecomunicações, sendo 344 estagiários e 116 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 71% de homens e 29% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 38 anos, com um tempo médio de empresa de 7 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços.

Adicionalmente, a Oi possui 12.585 colaboradores alocados em atividades de call center e, 26.751 alocados em atividades de implantação e manutenção de rede.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 132 Facilitadores de Gestão, 4 *Master Black Belts*, 50 *Black Belts*, 176 *Green Belts*, 1.262 *Yellow Belts*, 1.468 *White Belts* e 242 líderes de processos.

Como o desafio de criar e fortalecer uma Cultura Única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando que estamos todos no mesmo barco.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para fundamentar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com uma Gestão de Carreira cujas principais ferramentas são o processo de recrutamento interno, avaliação de desempenho e uma estratégia de desenvolvimento profissional que, além de orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, permite que os Colaboradores estejam aptos a fazer um bom planejamento de sua carreira.

A Oi mantém programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores.

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento dos seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se Trilhas de Desenvolvimento de Competências Técnicas, treinamentos spots, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais e treinamentos sob demanda. No ano de 2016 os treinamentos realizados totalizam 210.772 horas.

O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2016, o Programa Geração Estágio Técnico voltado para as Diretorias de Tecnologias de Rede e Sistemas e Operações, teve 6.641 inscritos disputando 99 vagas. Para o Programa Geração Estágio Superior aproximadamente 27.306 candidatos se inscreveram e disputaram 209 vagas.

Em 2016, foram oferecidas em torno de 23.015 horas de treinamento para o público do Programa Geração. No ano de 2016 fechamos 3.775 posições na Oi. O recrutamento interno é prioridade para a Companhia 82% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via *assessment*. No geral, 73% das vagas abertas no ano foram preenchidas por colaboradores, com exceção das vagas de Lojas e Força de Vendas, voltados principalmente para o público externo. Esse dado torna-se ainda mais expressivo quando comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi ao cadastrarmos currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 1.108.683 pessoas externas cadastradas atualmente. Além disso, 68 estagiários foram efetivados no ano como colaboradores. Por fim, 1.024 Colaboradores foram promovidos.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi deu continuidade ao programa “Oi Vida em Dia” iniciado em 2014, que promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. Foram várias as iniciativas do programa tais como programas para gestantes, campanha de vacinação, programa para gestão de doenças crônicas, entre outros.

Entre as ações de segurança do trabalho, a Oi deu continuidade ao Plano Nacional para Redução de Acidentes e Trabalho Seguro, tendo como ações a realização de 86 treinamentos sobre Noções Básicas de Segurança do Trabalho. Trata-se de um treinamento introdutório, onde os Colaboradores podem conhecer os conceitos básicos de segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Foram realizados também 212 treinamentos sobre “Direção Consciente e Preventiva”, reforçando a necessidade de conscientização dos Colaboradores na utilização de veículos, seja no trabalho ou não. Já o curso de percepção de risco e planejamento seguro da tarefa, levando a metodologia dos 5P’s (Pare, Pense, Planeje, Proteja e Prossiga) contou com 233 colaboradores treinados. Além disso, tivemos a participação de 1.040 colaboradores no curso de segurança para trabalhos com eletricidade em atendimento à ementa descrita pela NR-10 (norma regulamentadora 10), tornando-os autorizados para atuar em áreas com a presença do agente de risco eletricidade. De igual forma, tivemos a participação de 59 colaboradores no curso de segurança para trabalhos em altura em atendimento à ementa descrita pela NR-35 (norma regulamentadora 35), que os capacita para tomada de ações de proteção para o Trabalho em Altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, objetivando a garantia da segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

O programa foi além do treinamento levando o conceito da prevenção para o campo, a equipe de segurança da Oi realizou no ano corrente mais de 1.632 inspeções de campo e mais de 9.700 funcionários conscientizados através da ferramenta DSS (diálogo semanal de segurança), SIPAT Nacional (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho) e campanhas de conscientização completam as principais ações do plano.

A Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPTAT) de 2016 teve como foco a conscientização dos Colaboradores sobre a importância do trabalho seguro através de palestras e matéria disponibilizada na Interativa que traziam os conceitos de: Prevenção de acidentes de trabalho e no trânsito, percepção de riscos e prevenção de acidentes, redução de impactos ambientais, além de assuntos relacionados à saúde e qualidade de vida. Neste ano, a programação contou também com iniciativas para destacar a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e de próstata e palestras especiais destinadas à equipe de Operações.

O ano de 2016 foi um ano importante para fortalecer junto aos colaboradores a relevância da companhia para o cenário econômico do país, bem como reconhecer o empenho e comprometimento de cada um na transformação operacional da companhia.

No primeiro semestre, tivemos o lançamento da nova marca, que correspondeu a um novo propósito organizacional e atitudes que passaram a orientar o dia a dia da companhia. Para tangibilizar essa mudança e capitalizar esse novo posicionamento, a área de comunicação interna desenvolveu campanhas reforçando a nova estratégia, vestiu a companhia com a nova identidade e posicionamento, proporcionou experiências para gerar empatia e identificação e orientou os colaboradores sobre como utilizar a marca no dia a dia.

O lançamento do Oi Total foi a primeira campanha na nova marca, apresentando o reposicionamento comercial da companhia com uma estratégia convergente, integrando móvel, banda larga, TV e fixo. Para envolver os colaboradores neste momento e fazer com que eles se sintam parte deste lançamento, um arrastão de vendas foi realizado em todo o Brasil. Além disso, a comunicação interna desenvolveu uma campanha apresentando o conceito do novo produto e as ofertas com mensagens em primeira mão para os colaboradores. Os prédios também foram ativados com comunicações offline, reforçando a estratégia da companhia.

O destaque da estratégia comercial da companhia é um dos pilares da comunicação interna. O reposicionamento e retomada comercial da Oi em 2016, tanto no Varejo, quanto no B2B, foram demonstrados nas matérias que apresentaram a nova marca, o lançamento do Oi Total, a conquista dos 15 milhões de clientes no Oi Livre, o lançamento do Showroom do B2B, a digitalização do Empresarial e a entrada da Companhia na Internet das Coisas com o Oi Smart, entre tantas outras. Também mostramos a presença da marca por meio dos nossos patrocinios.

No segundo semestre, enfrentamos o desafio de manter o engajamento e a produtividade interna em alta após a entrada com pedido de recuperação judicial. Foi desenhada uma estratégia de comunicação baseada na mobilização espontânea de colaboradores nas redes sociais, fortalecendo o #somosostodos. Essa campanha reforçou o orgulho dos colaboradores de fazerem parte da Oi e manteve o engajamento com mensagens motivacionais diárias direcionando temas do negócio necessários para a virada do jogo.

Nossa comunicação com os colaboradores manteve como base o compromisso com a transparência, premissa que permeia as relações da companhia com seus mais diversos públicos. Iniciativas como a criação do Canal de Comunicação da RJ, que reúne e atualiza todas as publicações sobre o processo de recuperação judicial, dão conta dessa responsabilidade com a informação oficial. As coberturas especiais de ações como o Alinhamento Executivo e o Dia Oi reforçam práticas de gestão que favorecem o alinhamento estratégico dos colaboradores.

Já em recuperação judicial, campanhas exclusivas para os gestores da Oi foram realizadas, reforçando o papel do líder e a importância do alinhamento das equipes para o atingimento dos objetivos. Além disso, os cinco Atitudes Oi foram apresentadas aos colaboradores, evidenciando o comportamento esperados e estimulando que eles reconhecessem seus colegas de trabalho pelas atitudes, criando um movimento de bons exemplos.

Nossos canais de comunicação foram uma grande vitrine para dar visibilidade a projetos e equipes que se empenharam para transformar eficiência em experiência positiva para os nossos clientes. Contamos as histórias da expansão da rede 4G, da instalação da Rede OTN, da construção do anel óptico do Centro-Oeste, da cobertura especial para os Jogos Olímpicos, da implantação do CRM Cloud e tantos outros processos feitos por colaboradores para impactar na satisfação dos clientes. Além disso, nossa participação discussões a respeito do cenário de telecom também esteve representada na comunicação para os colaboradores. A cobertura da participação dos nossos Executivos em eventos como Futurecom, Mobile World Congress e Painel brasileiro marcou presença nos nossos canais em matérias que trataram dos rumos do setor, discutindo temas fundamentais como a revisão do marco regulatório.

Abrir espaço para o reconhecimento e o desenvolvimento foi uma das frentes de comunicação para promover engajamento e foco em resultado, pois acreditamos que um time informado e motivado contribui significativamente para o sucesso do negócio. A nossa comunicação interna refletiu diversos movimentos da Companhia nesse sentido, cobrindo os eventos de reconhecimento de colaboradores por suas atitudes e reforçando práticas de gestão por meio de matérias como a série Líder que Faz, e divulgações de temas como Análise de Desempenho, Oi Educa e Trilha de Liderança.

Por fim, tangibilizar as realizações do instituto de responsabilidade social da Companhia e torna-las mais próximas do colaborador também faz parte do papel da comunicação interna. Em 2016 os colaboradores acompanharam os principais marcos do Oi Futuro: como as publicações de editais; os lançamentos e novidades – como o site do museu de telecomunicações e a publicação sobre acessibilidade; os 10 anos do Nave e o Programa Jovens Construtores, além de acompanhar a ampla programação cultural pelo país. Dentro dessa frente de promover valores solidários, em dezembro, os colaboradores puderam fazer um Natal melhor apresentando crianças, adultos e idosos de instituições carentes em todo o Brasil. A ação teve o objetivo de incentivar a atitude solidária e contou com o trabalho voluntário dos próprios colaboradores.

Em 2016 a Oi patrocinou 12 eventos esportivos. O principal deles foi o Oi Rio Pro, etapa do mundial de surfe realizada no Rio. A Oi foi responsável pela entrega da banda larga usada pelo evento e realizou durante o campeonato ativações de marca como sessões de autógrafos com atletas patrocinados, estando com celular, além de incentivar, através de campanha em redes sociais, o envio de mensagens de estímulo aos atletas.

Em Outubro, abrimos as portas dos nossos escritórios para receber 1.761 filhos dos Colaboradores para conhecer o local de trabalho dos pais, como parte da ação do Dia das Crianças os Colaboradores da nossa Companhia puderam fazer um Natal melhor apresentando crianças de instituições carentes em todo o Brasil. A arrecadação foi realizada nos prédios da Oi de 18 estados, contou com o trabalho voluntário de 67 Colaboradores, arrecado o total 3.274 brinquedos, distribuídos em 20 instituições.

14 – Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Neste exercício, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 2.617 mil, que representam 31% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram relacionados a: (i) revisão fiscal; e (ii) revisão de conformidade de controles internos, processos e sistemas.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que em 2016 a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015					
Ativo	Controladora		Consolidado			Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	2016	2015	2016	2015		Nota	2016	2015	2016	2015



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Ativos mantidos para venda

Refere-se, ao valor justo do investimento financeiro na Unitel e CVTEL, classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios (Nota 27).

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratava operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dividas, tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016, de modo que na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mais possuía operações de derivativos contratadas vigentes. As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 6).

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Ganho (perda) com "swap" cambial	(3.366.648)	3.463.423
Operações de termo em moedas	(784.769)	1.295.456
Opções	14.215	(21.850)
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	342.802	(406.900)
Total	(3.794.400)	4.330.129

As movimentações das operações referentes aos "hedges" (cambiais) e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge", registradas em outros resultados abrangentes, são apresentadas abaixo:

	Controladora	Consolidado
	"Hedge" cambial	"Hedge" de taxa de juros
	2016	2015
Saldo em 2015	(294.946)	(403.005)
Resultado dos "hedges" designados	328.710	142.634
Transferência da porção ineletiva ao resultado	1.286	(597)
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva	30.019	21.689
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(122.405)	(178.072)
"Hedge" reflexo de controlada	57.336	57.336

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de prepo), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos contratuais ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dividas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre, até ser liquidado em sua totalidade no terceiro trimestre de 2016.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 72,2% (2015 – 78,5%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

	Controladora		
	2016	2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros			
Caixa e contas bancárias	32.415	32.415	47.839
Equivalentes de caixa	371	371	5.452
Aplicações financeiras			3.667
Instrumentos financeiros derivativos			5.393.673
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	23.585.435	17.541.725	13.530.721
Instrumentos financeiros derivativos			1.819.976

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e contas bancárias	80.655	80.655
Equivalentes de caixa	2.381	2.381
Aplicações financeiras		1.765.541
Instrumentos financeiros derivativos		6.940.963
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	34.638.356	13.862.015
Instrumentos financeiros derivativos		1.915.910

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao aquecimento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2016. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

		Taxa	
Descrição		2016	Desvalorização
Cenário Provável			
Dólar		3,2591	0%
Euro		3,4384	0%
Cenário Possível			
Dólar		4,0739	25%
Euro		4,2980	25%
Cenário Remoto			
Dólar		4,8887	50%
Euro		5,1576	50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		2016					
		Controladora			Consolidado		
Descrição	Risco individual	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
Dividas em Dólar	Alta do Dólar	7.317.695	9.147.120	10.976.543	16.803.301	21.004.126	25.204.952
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(619)	(775)	(928)	(3.028)	(3.785)	(4.542)
Dividas em Euro	Alta do Euro	2.109.310	2.636.638	3.163.965	18.184.052	22.730.065	27.276.078
Caixa em Euro	Queda do Euro	(32.167)	(40.208)	(48.250)	(80.007)	(100.009)	(120.011)

(b) Risco de taxa de juros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dividas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares. Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 34,2% (2015 – 33,4%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o dividendo da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa	4.042.299	4.042.299
Aplicações financeiras	24.978	24.978
Créditos com partes relacionadas	3.641.378	3.641.378
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	10.999.745	10.439.874
Instrumentos financeiros derivativos		591.862

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa	7.290.561	7.290.561
Aplicações financeiras	286.005	286.005
Instrumentos financeiros derivativos		162.145
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	14.716.040	13.794.836
Instrumentos financeiros derivativos		594.433

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de variações nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao aquecimento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 – conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. A partir de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2016 foi elevada para 7,5% a.a.

2016								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
13,63%	7,50%	1,31767%	17,04%	9,38%	1,64709%	20,45%	11,25%	1,97651%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

		2016					
		Controladora			Consolidado		
Descrição	Risco individual	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
Dividas em CDI	Alta do CDI	988.773	1.176.708	1.363.264	1.218.376	1.450.539	1.680.627
Dividas em TJLP	Alta da TJLP	158.400	167.897	218.442	671.497	797.107	927.131
Dividas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	70.125	77.749	85.374	424.533	464.187	503.839
Total (ganho) perda		1.217.298	1.442.354	1.667.080	2.314.406	2.711.833	3.111.597

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos financeiros para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços	12.493.956	13.679.374
Deduções da receita bruta	(6.921.856)	(7.450.384)
Tributos	(1.763.377)	(1.908.559)
Outras deduções	(5.158.478)	(5.541.825)
Recetas de vendas e/ou serviços	5.572.100	6.228.990

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Recetas de vendas e/ou serviços	12.493.956	13.679.374
Recetas (despesas) operacionais:	(6.921.856)	(7.450.384)
Tributos	(1.763.377)	(1.908.559)
Outras deduções	(5.158.478)	(5.541.825)
Recetas de vendas e/ou serviços	5.572.100	6.228.990

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Recetas de vendas e/ou serviços	12.493.956	13.679.374
Recetas (despesas) operacionais:	(6.921.856)	(7.450.384)
Interconexão	(552.080)	(796.660)
Pessoal (i)	(442.939)	(493.124)
Serviços de terceiros	(1.352.893)	(1.362.972)
Serviço de manutenção da rede	(622.587)	(591.707)
Custo de operação e outros	(284.119)	(284.637)
Publicidade e propaganda	(102.290)	(11.818)
Aluguéis e seguros	(658.300)	(509.715)
Provisões / Reversões	(365.709)	(440.970)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91.691)	(90.140)
Despesa com perda de imparidade (Nota 27)	(225.512)	(89.176)
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	(3.191.521)	(4.359.022)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas (iii)	(23.212)	298.320
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(7.628.734)	(8.446.984)
Depreciação e amortização	(2.028.922)	(1.313.052)
Total das despesas operacionais	(9.657.656)	(9.760.036)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(4.085.556)	(3.531.046)

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	3.613.434	1.513.699
Despesas financeiras	(5.264.125)	(5.004.447)
Total do resultado financeiro	(1.650.691)	(3.490.748)
Prejuízo antes das tributações	(5.736.247)	(7.021.794)
Imposto de renda e contribuição social	(1.207.259)	785.167
Prejuízo das operações continuadas	(6.943.506)	(6.236.627)
Operações descontinuadas		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		1.068.142
Prejuízo do exercício	(6.943.506)	(5.168.485)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(6.943.506)	(5.168.485)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores		(177.610)
Despesas operacionais por função:		
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.726.497)	(2.887.964)
Despesas com vendas	(988.816)	(1.078.923)
Despesas gerais e administrativas	(1.234.973)	(1.242.956)
Outras receitas operacionais	688.473	427.022
Outras despesas operacionais	(983.029)	(873.534)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.412.812)	(4.104.581)
Total das despesas operacionais	(9.657.656)	(9.760.036)

(i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 9.574 (2015 - R\$ 4.262) no consolidado.

(ii) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 3.412.812 na controladora (2015 - R\$ 4.104.581) e despesa de R\$ 5.118 (2015 - R\$ 21.883) no consolidado.

(iii) As outras despesas operacionais, liquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluem essencialmente custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas nesse período. Em dezembro de 2015, as outras receitas (despesas) operacionais, liquidas incluem reversão de contingência civil no valor de R\$ 325.709 decorrentes de reavaliação de metodologia de cálculo e R\$ 47.756 de custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas no período.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Recetas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	186.461	287.838
Recebimentos de aplicações financeiras	293.411	97.604
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	3.285.555	434.658
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(382.580)	188.411
Outras receitas (i)	230.567	505.188
Total	3.613.434	1.513.699
Despesas financeiras e outros encargos		
a) Despesas com empréstimos e financiamentos		
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	1.748.308	(6.117.950)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(3.794.400)	4.330.129
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(936.357)	(1.160.341)
Juros sobre debêntures	(584.893)	(888.964)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(822.907)	(430.142)
Sub-total:	(4.390.249)	(4.247.268)

b) Outros encargos

(Perda) ganho com ativos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)

Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários

Juros e variações monetárias sobre outros passivos

Atualização monetária de provisões

Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal

Juros sobre debêntures

Sub-total:

Total

(Perda) ganho com ativos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)

Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários

Juros e variações monetárias sobre outros passivos

Atualização monetária de provisões

Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal

Juros sobre debêntures

Sub-total:

Total

(Perda) ganho com ativos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)

Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Controladas	Controladora			
	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo	
Telemar	(2.315.837)	14.368.609		
Rio Alto	95.553	290.780		
Oi Holanda	(585.758)			632.963
Oi Serviços Financeiros	12.915	9.687		
PTIF	(13.898)			231.270
CVTEL	(120)			261
Carrigans		82		
Serede	(39.445)	114.692		
Resultado não realizado com investidas	(15.647)	164.991		
Subtotal:	(2.862.237)	14.948.841		864.944
PT Participações (i)	(530.575)	3.399.358		
Total	(3.412.812)	18.348.199		864.944

(i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda. Para efeitos de demonstração dos ativos mantidos para venda (Nota 27) foram incluídos R\$ 267.716 relativos a ágio registrado na Companhia e alocado a este negócio.

Controladas	Controladora			
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Quantidade em milhares de ações	Participação - %
Telemar	16.635.856	(2.082.546)	154.032.213	100
Rio Alto	591.944	222.860	215.538.129	100
Oi Holanda	(47.205)	(187.775)	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.147	8.195	799	100
PTIF	(266.785)	(550.136)	0,042	100
CVTEL	(190)	(193)	18	100
Carrigans	98		0,100	100
PT Participações (i)	5.326.402	(1.564.936)	1.000.000	100

Controladas	Controladora			
	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo	
Telemar	(2.082.546)	16.635.856		
Rio Alto	111.430	295.747		
Oi Holanda	(187.775)			47.205
Oi Serviços Financeiros	8.195	6.147		
PTIF	(550.136)			266.785
CVTEL	(193)			190
Carrigans		98		
Resultado não realizado com investidas	79.024	180.637		
Subtotal:	(2.622.001)	17.118.485		314.180
Operações na África (i)	12.009			
PT Participações (i)	(1.494.589)	4.868.628		
Total	(4.104.581)	21.987.113		314.180

(i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Controladas	Controladora			
	Ativos	Passivos	Receitas	
Telemar (i)	35.749.474	21.380.865		9.298.084
Oi Holanda (i)	19.957.776	20.590.739		
PTIF (i)	13.816.303	13.819.848		
Rio Alto	605.893	24.333		333.683
Oi Serviços Financeiros	72.051	62.364		8.553
CVTEL	48	309		
Serede	1.626.901	1.009.279		978.499

Controladas	Controladora			
	Ativos	Passivos	Receitas	
Telemar (i)	36.822.800	20.186.944		10.428.130
Oi Holanda (i)	24.886.102	24.933.307		
PTIF (i)	18.910.725	19.177.510		
Rio Alto	686.913	95.419		457.372
Oi Serviços Financeiros	79.084	72.937		5.457
CVTEL	14	204		

(i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial

Custo do imobilizado (valor bruto)	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2015	470.227	5.260.523	17.922.151	3.900.121	1.066.939	1.983.544	30.603.505
Incorporação de ativos - TmarPart (Nota 2(b))		1.039.017	4.641.715	429.391	748.413	93.173	6.951.709
Adições	597.453	47.838	1.989	65.866	21.230	734.376	
Baixas		(1.093)	(7.768)	(25.610)	(3.941)	(12.827)	(51.239)
Transferências	(935.937)	(9.683)	432.730	383.893	270.83	101.914	
Saldo em 2015 (Reapresentado)	131.743	6.288.764	23.036.666	4.689.784	1.904.360	2.187.034	38.238.351
Adições	825.408	17	139.792	96.566	2.123	9.926	1.073.832
Baixas	(12.276)	(528)	(2.875)	(16.094)	(380)	(5.362)	(37.515)
Transferências	(557.564)	10.514	273.308	258.435	4.443	10.864	
Saldo em 2016	387.311	6.298.767	23.446.891	5.028.691	1.910.546	2.202.462	39.274.668
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2015		(5.089.334)	(14.967.386)	(2.763.723)	(744.020)	(1.463.721)	(25.028.184)
Incorporação de ativos - TmarPart (Nota 2(b))		(951.594)	(4.251.163)	(393.263)	(687.399)	(85.333)	(6.368.752)
Despesas de depreciação		(47.014)	(477.240)	(266.560)	(9.307)	(75.292)	(875.413)
Baixas		7.004	24.805	958	12.241	45.008	
Transferências		15.831	(8.162)	(673)	19.353	(26.349)	
Saldo em 2015 (Reapresentado)	(6.072.111)	(19.696.947)	(3.399.414)	(1.420.415)	(1.638.454)	(32.227.341)	
Despesas de depreciação		(40.645)	(594.669)	(338.057)	(51.823)	(67.455)	(1.092.649)
Baixas		520	2.793	11.261	377	4.200	19.151
Transferências		(229)	120	(4.967)	(407)	5.483	
Saldo em 2016		(6.112.465)	(20.288.703)	(3.731.177)	(1.472.268)	(1.696.226)	(33.300.839)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2015 (Reapresentado)	131.743	216.653	3.339.719	1.290.370	483.945	548.580	6.011.010
Saldo em 2016	387.311	186.302	3.158.188	1.297.514	438.278	506.236	5.973.829
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Custo do imobilizado (valor bruto)	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2015	2.657.409	18.767.622	47.661.787	25.025.369	3.641.753	4.792.264	102.546.204
Incorporação de ativos - TmarPart (Nota 2(b))		1.039.017	4.641.715	429.391	748.413	93.173	6.951.709
Incorporação de controladas			135	780		18.370	19.285
Adições	2.893.198	14.274	271.389	15.792	185.584	243.460	3.623.697
Baixas	(3.282)	(62.148)	(520.504)	(79.160)	(15.529)	(680.623)	
Transferências	(3.894.026)	70.070	1.992.540	1.502.411	(209.257)	53.262	
Saldo em 2015 (Reapresentado)	1.656.581	19.887.701	54.505.418	26.453.239	4.287.333	5.870.000	112.460.272
Aquisição de investimentos (Nota 28)	4.841	261	300	1.045	1.438	72.190	80.075
Adições	4.071.230	82	385.049	99.796	19.058	34.353	4.609.568
Baixas	(27.492)	(528)	(7.904)	(131.314)	(1.168)	(5.866)	(174.272)
Transferências	(3.291.390)	86.930	1.958.411	1.145.825	4.868	95.356	
Saldo em 2016	2.413.770	19.974.446	56.841.274	27.568.591	4.311.529	5.866.033	116.975.643
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2015		(16.536.253)	(34.693.873)	(19.637.902)	(1.773.042)	(4.235.108)	(76.876.178)
Incorporação de ativos - TmarPart (Nota 2(b))		(195.594)	(4.251.163)	(393.263)	(687.398)	(85.333)	(6.368.751)
Incorporação de controladas			(109)	(169)		(9.132)	
Despesas de depreciação		(371.708)	(2.110.675)	(1.033.826)	(870.31)	(251.070)	(3.854.310)
Baixas		2.189	60.407	519.006	62.290	14.319	658.211
Transferências		(29.376)	94.258	(5.608)	53.913	(113.187)	
Saldo em 2015 (Reapresentado)	(17.886.472)	(40.901.155)	(20.551.762)	(2.431.628)	(4.879.233)	(86.450.160)	
Aquisição de investimentos (Nota 28)		(108)	(163)	(504)	(626)	(30.074)	(31.475)
Despesas de depreciação		(380.959)	(2.410.970)	(1.181.252)	(116.566)	(263.483)	(4.353.230)
Baixas		520	7.013	114.224	910	4.722	127.389
Transferências		(410)	(8.702)	3.844	(89)	5.357	
Saldo em 2016		(18.267.699)	(43.313.977)	(21.615.450)	(2.547.639)	(4.962.711)	(90.707.476)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2015 (Reapresentado)	1.656.581	2.000.959	13.604.263	5.901.477	1.856.065	990.767	26.010.112
Saldo em 2016	2.413.770	1.706.747	13.527.297	5.953.141	1.763.890	903.322	26.268.167
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais
De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.942.342 (2015 – R\$ 3.163.440), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação de transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.921.246 (2015 – R\$ 8.379.262).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 11% a.a.

Custo do intangível (valor bruto)	Controladora					
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total	
Saldo em 01/01/2015	123.250	2.263.582		100.723	2.487.555	
Incorporação de ativos - TmarPart (Nota 2(b))			14.477.394	432.469	14.909.863	
Adições	60.393	85.919		551	146.863	
Transferências	(76.076)	75.638		438		
Saldo em 2015 (Reapresentado)	107.567	2.425.139	14.477.394	534.181	17.544.281	
Adições	4.875	103		173	5.151	
Transferências	(7.381)	6.715		666		
Saldo em 2016	105.061	4.231.957	14.477.394	535.020	17.549.432	
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2015		(2.175.576)		(72.148)	(2.247.724)	
Incorporação de ativos - TmarPart (Nota 2(b))			(5.677.409)	(381.515)	(6.058.924)	
Despesas de amortização		(151.987)	(283.870)	(1.782)	(437.639)	
Saldo em 2015 (Reapresentado)		(2.327.563)	(5.961.279)	(455.445)	(8.744.287)	
Despesas de amortização		(82.747)	(851.611)	(1.915)	(936.273)	
Saldo em 2016		(2.410.310)	(6.812.890)	(457.360)	(9.680.560)	
Intangível líquido						
Saldo em 2015 (Reapresentado)	107.567	97.576	8.516.115	78.736	8.799.994	
Saldo em 2016	105.061	21.647	7.664.504	77.660	7.868.872	
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%	20%		

	Consolidado					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2015	613.719	156.718	7.310.309	4.041.011	1.160.211	13.281.968
Incorporação de ativos TmarPart (Nota 2 (b))				14.477.394	432.469	14.909.863
Incorporação de controladas	92.453		1.382			93.835
Adições		438.445	136.982		51.331	626.758
Transferências		(469.322)	459.078		10.244	
Saldo em 2015 (Reapresentado)	706.172	125.841	7.907.751	18.518.405	1.654.255	28.912.424
Aquisição de investimentos (Nota 28)	542.129		30.732			572.861
Adições		362.412	24.344	84.312	56.505	527.573
Transferências		(375.411)	338.803	25	36.583	
Saldo em 2016	1.248.301	112.842	8.301.630	18.602.742	1.747.343	30.012.858
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2015	(459.645)		(5.874.996)	(2.394.221)	(862.128)	(8.590.980)
Incorporação de ativos TmarPart (Nota 2 (b))				(5.677.409)	(381.515)	(6.058.924)
Incorporação de controladas			(1.276)			(1.276)
Despesas de amortização			(662.068)	(569.827)	(160.499)	(1.392.394)
Saldo em 2015 (Reapresentado)	(459.645)		(6.536.340)	(8.641.457)	(1.404.142)	(17.043.584)
Aquisição de investimentos (Nota 28)			(14.774)			(14.774)
Despesas de amortização			(596.618)	(1.082.332)	(102.257)	(1.781.207)
Transferências			898	(1.553)	685	
Saldo em 2016	(459.645)		(7.148.834)	(9.725.342)	(1.505.744)	(18.839.565)
Intangível líquido						
Saldo em 2015 (Reapresentado)	246.527	125.841	1.369.411	9.876.948	250.113	11.868.840
Saldo em 2016	788.556	112.842	1.152.796	8.877.400	241.599	11.173.293
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	
16. FORNECEDORES						



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

	Controladora						
	2016						
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	99	489		130			27
Juros sobre obrigações atuariais	249.141	61.920	707	14.245	98.947	330	31.646
Rendimento dos ativos do plano	(206.266)	(200.330)	(810)	(17.825)	(172.700)		(60.149)
Juros sobre o passivo oneroso		122.036	103	3.580	73.753		28.503
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(130)			(27)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	42.974	(15.885)				330	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	105.041	28.888				517	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido							
Total da despesa (receita) reconhecida	148.015	13.003				847	

	Controladora						
	2015						
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	109	528		184			
Juros sobre obrigações atuariais	228.572	56.831	643	12.802	92.608	345	
Rendimento dos ativos do plano	(180.238)	(166.693)	(671)	(14.247)	(182.975)		
Juros sobre o passivo oneroso		104.684	28	1.445	90.367		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(184)			
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	48.443	(4.650)				345	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	17.749	(76.567)			450.781	(618)	217.578
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido					(450.781)		(217.578)
Total da despesa (receita) reconhecida	66.192	(81.217)				(273)	

	Consolidado								
	2016								
	Planos de Pensão					Planos de Assistência Médica			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	138	551	24	2.042		38	4		64
Juros sobre obrigações atuariais	249.319	62.214	30.475	350.700	466.302	3.125	11	330	167.676
Rendimento dos ativos do plano	(206.407)	(201.264)	(34.872)	(413.965)	(811.655)	(6.449)	(327)		(318.873)
Juros sobre o passivo oneroso		122.036	4.385	63.265	345.353	3.321	316		151.197
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(12)	(2.042)		(35)	(4)		(64)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	43.050	(16.463)						330	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	105.012	29.840						517	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido									
Total da despesa (receita) reconhecida	148.062	13.377						847	

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as taxas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	10,00%	17,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Renda fixa	92,96%	86,32%	88,77%	91,28%	79,33%	83,81%	92,96%	100,00%
Renda variável	0,78%	2,53%	0,92%	1,73%	14,41%	1,42%	0,78%	
Investimentos estruturados	4,86%	10,10%	9,10%	5,60%	0,14%	14,00%	4,86%	
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Imóveis	0,80%	0,80%	0,86%	0,79%	5,09%	0,00%	0,80%	
Empréstimos a participantes	0,60%	0,25%	0,35%	0,60%	1,03%	0,77%	0,60%	
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 16.566 na controladora e R\$ 74.211 no consolidado.

(c) Remuneração baseada em ações

O Programa de Incentivo de Longo Prazo (2015 - 2017), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2015, busca maior alinhamento com o ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. O Programa consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Informamos ainda que os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil. Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam a divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente as seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Telecomunicações no Brasil

Na preparação das Demonstrações Financeiras deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	2015	
	2016	(Reapresentado)
Residencial	9.376.266	9.572.489
Mobilidade pessoal	7.848.610	8.394.804
Empresarial / Corporativo	7.606.598	7.980.489
Outros serviços e negócios	332.078	493.309
Receita de vendas e/ou serviços	25.163.552	26.441.091
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(6.134.437)	(5.246.704)
Interconexão	(1.141.786)	(1.757.277)
Pessoal	(2.750.323)	(2.618.139)
Serviços de terceiros	(6.243.623)	(6.154.900)
Serviços de manutenção de rede	(1.501.701)	(1.860.646)
Custo de aparelhos e outros	(252.265)	(226.826)
Publicidade e propaganda	(427.463)	(379.537)
Aluguéis e seguros	(4.284.672)	(3.553.881)
Provisões / Reversões	(859.941)	(860.166)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(622.527)	(692.935)
Tributos e outras despesas	(739.255)	(1.107.149)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(94.677)	277.954
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	110.882	2.260.885
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	1.146.144	4.493.042
Despesas financeiras	(3.662.604)	(11.012.582)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(2.405.578)	(4.258.655)
Imposto de renda e contribuição social	(3.699.598)	(4.417.600)
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(6.105.176)	(4.676.255)
Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico		
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:		
	2016	2015
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	25.163.552	26.441.091
Receitas relativas a outros negócios	832.871	912.674
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	25.996.423	27.353.765
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
	2016	2015
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	110.882	2.260.885
Outros negócios	(50.827)	87.605
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	60.055	2.348.490
O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2016, são como segue:		
	2016	2015
Total do ativo	69.170.727	3.120.854
Total do passivo	544.865	157.163
Ativos tangíveis	26.268.167	3.120.854
Ativos intangíveis	11.173.293	142.717

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	Controladora	
	2016	2015
Ativo		
Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)		
Oi Holanda		3.667
Contas a receber	432.121	1.070.416
BrT Call Center	38.628	40.156
Oi Internet	27.797	22.487
BrT Multimídia	47.625	41.079
Oi Móvel	78.159	782.985
Telemar	191.581	183.709
Sereide	54	
Rede Conecta	48.277	
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	3.641.378	3.353.617
Telemar	2.774.123	2.086.734
Oi Móvel	15.293	1.077.813
Oi Internet		
PT Participações	783.469	189.070
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	872.574	891.270
Telemar	848.041	848.041
Rio Alto	179	28.251
Oi Serviços Financeiros	24.354	14.978
Outros	284.747	342.041
Telemar	97.525	38.540
BrT Call Center		36.650
BrT Multimídia		10.051
Oi Móvel	167.663	246.689
Oi Holanda	10.068	10.068
Sereide	9.442	
Dommo	49	43

adadora				
16				
Planos de Assistência Médica				
arPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA	
130			27	Custo do serviço corrente
14.245	98.947	330	31.646	Juros sobre obrigações atuariais
17.825)	(172.700)		(60.149)	Rendimento dos ativos do plano
3.580	73.753		28.503	Juros sobre o passivo oneroso
(130)			(27)	Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
				Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados
				Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes
		330		Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
		517		Total da despesa (receita) reconhecida
				Principais premissas atuariais adotadas

847				
adadora				
15				
Planos de Assistência Médica				
Prév	PBS-A	PAMEC	PAMA	
184				
12.802	92.608	345		
(14.247)	(182.975)			
1.445	90.367			
(184)				
		345		
	450.781	(618)	217.578	
	(450.781)		(217.578)	
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial				
Taxa estimada de inflação				
Índice de aumento salarial nominal estimado				
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios				
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano				
Tábua biométrica de mortalidade geral				
Tábua biométrica de entrada em invalidez				
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos				
Taxa de rotatividade				
Idade de início dos benefícios				
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos				

(273)				
Planos de Assistência Médica				
PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA	
38	4		64	Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial
3.125	11	330	167.676	Taxa estimada de inflação
(6.449)	(327)		(318.873)	Índice de aumento salarial nominal estimado
3.321	316		151.197	Índice estimado de aumento nominal dos benefícios
(35)	(4)		(64)	Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano
				Tábua biométrica de mortalidade geral
				Tábua biométrica de entrada em invalidez
				Tábua biométrica de mortalidade de invalidos
				Taxa de rotatividade
				Idade de início dos benefícios
				Taxa de crescimento nominal dos custos médicos

(iii) Em 2016, a Companhia realizou o teste anual de “*impairment*” nos seus ativos relativos as operações na África, tendo apurado uma perda no ágio no montante de R\$ 225.512 (2015 - R\$ 89.176).

(iv) Representado, principalmente, pela participação de 25% da Samba Luxo no capital social da Africatel e, consequentemente, nos seus ativos líquidos.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Aquisição de investimentos

ARM Engenharia/Rede Conecta

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. (“ARM Engenharia”) para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede, subsidiária integral indireta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta – Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serede, controlada indireta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores justos dos ativos e passivos adquiridos indetectáveis até a data do balanço apresentados abaixo. A Companhia avaliará os ajustes necessários aos valores provisórios dos ativos e passivos identificáveis relacionados as aquisições da ARM e Rede Conecta, durante o período de mensuração, a ser encerrado até junho de 2017. A mensuração dos ativos e passivos indetectáveis da Telemont – RJ foi concluída em 2016.

	ARM Engenharia	Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	5.062	229.899	3.126
Ativo não circulante	48.641	170.217	14.245
Ativo total	53.703	400.116	17.371
Passivo circulante	89.088	576.819	77.852
Passivo não circulante	225.373	78.625	27.164
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Passivo total	53.703	400.116	17.371
Valor de aquisição			30.700
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Ágio	260.758	255.328	118.345

b) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pago o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos. Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria).

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart, a Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

Data de Redução	% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

Até 31 de março de 2016, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, a partir dessa data, deixaram de estar sujeitas à Opção 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraidas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo ¼ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só teria eficácia e passaria a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM nºs 10/1980 e 390/2003 para a alteração do Contrato de Opção.

Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência.

Em 31 de dezembro de 2016, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 4,7 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

c) Norma de listagem da Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE

Em setembro de 2015, a Companhia foi notificada pela NYSE de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Em 22 de janeiro de 2016, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado anunciando a alteração na proporção do Programa de “*Depository Receipts*”, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (“DR Ordinário”), de modo que cada DR Ordinário, que antes representava 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, passou a representar 5 (cinco) ações ordinárias a partir de 1 de fevereiro de 2016.

d) Processos judiciais na Holanda

Szygy Capital Management, Ltd.; Loomis Sayles Strategic Income Fund; e dois grupos de “*Bondholders*” Italianos - (i) Sandro Boscolo Bragadin, Stefano Crispo, Paolo Denicoli, Ivano Falceri, Alex Lo Furno, Dario Farina, Aldo Fazzini, Walter Masoni, Salvatore Lucio Marcuccio, Luca Marsili, Aniello Aatrone, Vincenzo Matrone, Mario Parcianello, Francesca Riscicato, Antonio Scalzullo, Giovanni Marcheselli, Nadia Benedett e (ii) Alessandro Callegari, Stefano Capodarca, Banco Consulia S.P.A., Valentina Basso e Piero Basso apresentaram, até a presente data, pedidos de falência da Oi Holanda junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã, respectivamente, em 27 de junho de 2016, 8 de julho de 2016, 11 de julho de 2016 e em 15 de julho de 2016.

O Citicor Trustee Company Limited, “*trustee*” dos “*bonds*” emitidos pela PTIF, apresentou, em 22 de agosto de 2016, pedido de falência da PTIF junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã.

Em 23 de dezembro de 2016, Citadel Horizon S.à.r.l., Citadel Equity Fund Ltd., Szygy Capital Management Ltd., Trinity Investments Designated Activity Company e York Global Finance Fund L.P. apresentaram pedido de conversão do processo de suspensão de pagamentos da Oi Holanda em falência junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã. A Citidel Horizon S.à.r.l. desistiu do pedido, uma vez que restou comprovado que não é credora da Oi Holanda. O pedido dos demais credores foi rejeitado em 2 de fevereiro de 2017 pela mesma decisão que rejeitou os Pedidos de Conversão apresentados pelos Administradores Holandeses, tendo em vista que os fundamentos dos pedidos eram similares. Em 20 de fevereiro a Corte de Apelação de Amsterdã, na Holanda, determinou a realização no dia 29 de março de 2017 de audiências sobre os Recursos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS	SUPLENTE
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha (Presidente)	(VAGO)
Ricardo Reisen de Pinho	(VAGO)
Marcos Duarte Santos	(VAGO)
Demian Fiocca	Blener Braga Cardoso Mayhew
Thomas Cornelius Azevedo Reichenheim	Sergio Bernstein
João do Passo Vicente Ribeiro	(VAGO)
João Manuel Pisco de Castro	Luis Manuel da Costa de Sousa Macedo
Luís Maria Viana Palha da Silva	Maria do Rosário Amado Pinto Correia
André Cardoso de Menezes Navarro	Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos
Hélio Calixto da Costa	Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure
Pedro Zahartu Gubert Morais Leitão	José Manuel Melo da Silva

DIRETORIA

Marco Norci Schroeder (Diretor Presidente)
Ricardo Malavazi Martins (Diretor de Finanças e Relações com Investidores)
Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor Jurídico)

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTE
Allan Kardec de Melo Ferreira (Presidente)	Piero Carbone
José Cláudio Rego Aranha	Alvaro Bandeira
Pedro Wagner Pereira Coelho	William da Cruz Leal
Manuel Jeremias Leite Caldas	Marissa Rose Vegele Renaud

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ 083.182

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da KPMG e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Em consonância com o disposto no art. 163 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

Allan Kardec de Melo Ferreira - Presidente

José Cláudio Rego Aranha

Manuel Jeremias Leite Caldas

Pedro Wagner Pereira Coelho

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e acionistas da

Oi S.A. – Em recuperação judicial

Rio de Janeiro – RJ

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. – Em recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião” não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 29 de junho de 2016, a Oi S.A. e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores (“AGC”) estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Existem ainda algumas discussões e questionamentos em curso sobre condições relevantes do Plano, portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais serão os efeitos, se houver, sobre o atual Plano. Em decorrência desses assuntos, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Diante deste contexto de incerteza, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração, até a data de finalização dos nossos trabalhos, não havia concluído o teste de redução ao valor recuperável de ativo conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Adicionalmente, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conteve modificação relativa ao não reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Nosso relatório de auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para avaliar também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Para a emissão do nosso relatório, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia e suas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4

